



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL  
- ESTADO DO PARANÁ -



PARECER JURÍDICO RSF Nº 574/22

PREGÃO Nº: 087/22

**OPERAÇÃO:** Contratação.

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL LOCAÇÃO DE LETREIRO EM ALUSÃO AO ANIVERSÁRIO DE 75 ANOS DO MUNICÍPIO, BEM COMO LOCAÇÃO DE PLATAFORMA DIGITAL DE VÍDEO 360 GRAUS.

De acordo com o artigo 21, VII, Decreto nº 3.555/2000 c/c artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93:

Trata-se de Processo de licitação realizado na modalidade "Pregão" tendo por objeto a contratação citada. Na ocasião da análise da minuta do edital e do contrato, este advogado subscrevente analisou, pormenorizadamente o certame, assim faço referência ao parecer jurídico anexo aos autos, a fim de evitar repetições, inclusive com destaque à necessidade de se realizar estudo técnico a fim de verificar se a aquisição não seria mais econômica e viável, quando comparado à locação do letreiro e da plataforma de vídeo.

Verifica-se que a fase interna da Licitação foi devidamente observada, estando regular, tendo sido vencedoras a empresa **W M CARLI PROJETOS DE ILUMINAÇÃO LTDA**.

Dito isso, o presente feito deverá ser enviado ao Sistema de Controle Interno, para que este se manifeste no que entender necessário.

Assim, restando cumpridas todas as disposições legais, cumpre ao pregoeiro a sua **ADJUDICAÇÃO** para posterior **HOMOLOGAÇÃO** do certame, conferindo-lhes o direito à contratação do objeto licitado.

Deverá ainda ser firmado o competente contrato de fornecimento acaso não se emita nota fiscal ou outro instrumento, na forma do Art. 62 da Lei nº 8.666/93, lembrando a necessidade da fiscalização pelo Sistema de Controle Interno em relação aos empenhos para pagamento e a liquidação por quem de direito.

Ressalta-se, ainda, que não é da alçada do causídico subscrevente avaliar a conveniência e a oportunidade da contratação do objeto desta licitação, pois tal atribuição cabe à autoridade competente.

Isto posto, e à luz de uma análise técnico-jurídico, verificando que houve respeito às disposições legais que regem a matéria, notadamente os princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade, o presente processo apresenta-se formalmente **REGULAR**, desde que haja suprimento das assinaturas ausentes, conforme explicado alhures.

É o parecer.

Ribeirão do Pinhal – PR, 26 de setembro de 2022.

Rafael Santana Frizon  
Advogado - OAB/PR 89.542  
RAFAEL SANTANA FRIZON  
Departamento Jurídico  
OAB/PR 89.542